

# Hora da racionalidade

Numa pequena cidade do Rio Grande do Sul, há um posto médico da Previdência Social; ao lado, um Posto de Saúde do Estado; um pouco mais adiante, um posto da Prefeitura; não muito distante, o ambulatório do sindicato rural. Esta situação resume o que têm sido uma das maiores preocupações daqueles que militam na área de saúde pública e medicina social deste País: a incoordenação entre os serviços — mesmo entre os serviços públicos — resultando em desperdício de recursos. Ao longo dos anos, numerosos modelos foram propostos para solucionar este problema: planos com os mais diversos nomes, a constituição (Lei 6229/75) de um Sistema Nacional de Saúde (que, na realidade, apenas consagrou a cisão entre as instituições), e, por último, aquela que foi a tentativa tecnicamente melhor embasada: o Prev-Saúde, destinado a aglutinar, pelo menos, os recursos da Previdência e da área da Saúde.

Estas tentativas fracassaram. E fracassaram porque a irracionalidade não é apenas resultado de um vício administrativo ou mesmo político; ela na verdade serve a jogos de interesses. Na ausência de critérios, de normas, de padrões, de mecanismos reguladores, prosperam os atendimentos desnecessários, redundantes — mas lucrativos — e também as fraudes. Do caos surgiram fortunas.

No entanto, a racionalidade acaba se impondo, se não por outra razão melhor, então pela necessidade econômica. O custo da assistência à saúde sobe de maneira vertiginosa,

superando qualquer inflação; e, se países ricos como os Estados Unidos foram obrigados (às vezes contra a própria filosofia de governo) a intervir no setor saúde para discipliná-lo, que dirá um país pobre como o Brasil.

A nova proposta de racionalização do setor saúde chama-se Ações Integradas de Saúde. Tem algumas diferenças básicas com o Prev-Saúde: uma delas, não a menor, é de que se implanta num momento político muito especial, que é o da democratização. É parte da filosofia das Ações Integradas de Saúde atribuir às instâncias organizadas da comunidade um papel de relevo na organização da assistência à saúde, através de Comissões Interinstitucionais — estaduais, regionais, municipais.

A proposta tem tido o poder de galvanizar a todos que trabalham no setor saúde do país. Ela tem dois pontos vulneráveis: um, representado pelos interesses feridos, de natureza política ou financeira; outro, a absoluta necessidade de competência gerencial e técnica. O clima democrático permite denunciar os obstáculos que se antepõem à implantação das AIS; mas a competência terá de ser conquistada mediante um duro e continuado esforço. O relógio da História tem sido tolerante com as vacilações no setor saúde. Mas ele não poderá continuar permanentemente atrasado em relação ao nosso tempo.